

Relatório revela aumento de mulheres encarceradas no Rio e denuncia maus-tratos

(Agência Brasil, 22/03/2016) No Rio de Janeiro, entre 2013 e 2014, o número de mulheres presas aumentou de 1.618 para 4.139. Os dados estão no relatório Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade, lançado hoje (22), na Assembléia Legislativa (Alerj), pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Rio de Janeiro, que denuncia serem elas 10% da população carcerária do estado, 4% a mais que a média nacional de 6%.

Esses números, entretanto, não correspondem aos dados oficiais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), que informa, em nota, haver um efetivo feminino de 2.169 internas, das quais 1.037 são presas provisórias, que aguardam julgamento, e 1.132, condenadas. A capacidade total do sistema soma 1.680 vagas em seis unidades, sendo o excedente correspondente a 30% do total, de acordo com a Seap.

A população carcerária fluminense é de cerca de 46 mil detentos e, com mais de 4 mil pessoas do sexo feminino, “o Rio de Janeiro é um dos estados que mais encarceram mulheres, proporcionalmente”, segundo o advogado Fábio Cascardo, um dos integrantes do mecanismo, criado pela lei estadual 5.778/10. Ele afirma que há uma situação discriminatória no estado, em relação às mulheres presas.

Cascardo assegura que há um “vertiginoso” aumento do encarceramento de mulheres no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro, o que é preocupante, porque segue uma tendência regional, observada na América Latina. De acordo com o relatório, as mulheres presas estão submetidas a condições degradantes de privação de liberdade.

“O que se vê é que não existe um aparato jurídico de proteção para a violência contra a mulher quando esta violência acontece dentro de espaços de privação de liberdade, ao mesmo tempo em que a legislação, que bem ou

mal estabelece limites e parâmetros para execução penal para mulheres, tampouco é respeitada”, denuncia Cascardo.

Conforme o advogado, as mulheres encarceradas estão submetidas a condições precárias de higiene, inclusive íntima; não têm acesso aos filhos e as mulheres grávidas não têm acesso a uma alimentação adequada. O documento informa que as mulheres estão sendo presas mesmo grávidas ou quando são as únicas responsáveis pela casa e pela família, por crimes não violentos, o que acaba gerando efeitos negativos “desproporcionais” sobre essa família.

O relatório aborda ainda a questão de travestis e transexuais femininos, que no sistema prisional do Rio de Janeiro ficam presas atualmente em unidades masculinas, especialmente no Galpão da Quinta da Boa Vista, que abriga grupos minoritários em geral. Os integrantes do mecanismo avaliam que o galpão não dispõe de condições para receber nem dar um tratamento adequado a esse grupo, “que merece um tratamento especial”, alerta Fábio Cascardo.

O mecanismo propõe, entre outras medidas para melhorar a situação carcerária das mulheres no estado do Rio de Janeiro que, quando houver conhecimento de que a mulher detida está grávida ou tem filhos sob a sua responsabilidade, ela tenha antecipada sua audiência na justiça.

Fábio Cascardo ressaltou, do ponto de vista legal, que as medidas propostas pelo mecanismo atendem também às Regras de Bangkok aprovadas pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. “O nosso trabalho se baseia muito nessa fonte normativa”, disse.

A Seap informou, por sua assessoria de imprensa, que a Unidade Materno Infantil (UMI), anexa à Penitenciária Talavera Bruce, em Bangu, zona norte do Rio de Janeiro, atende as detentas que deram à luz dentro do sistema, onde permanecem em companhia dos filhos durante o período de amamentação e onde são servidas cinco refeições diárias. Já as grávidas vão para a Penitenciária Talavera Bruce, onde há duas celas especiais para elas e

são servidas quatro refeições, sendo a última, o jantar, às 16h30m, antes da conferência de presas feita diariamente.

Em relação aos travestis e transexuais, a secretaria esclareceu que Resolução 558, baixada no dia 3 de junho de 2015, define diretrizes normativas para o tratamento da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) no sistema penitenciário.

A resolução determina que, ao entrar no sistema, “é vedada qualquer discriminação por parte de funcionários à orientação sexual dos internos. São oferecidos a eles espaços de convivência específica para garantir dignidade e individualidade, além de a Seap oferecer também espaços e adequados alojamentos”.

Alana Granda; Edição: Jorge Wamburg

Acesse no site de origem: [Relatório revela aumento de mulheres encarceradas no Rio e denuncia maus-tratos \(Agência Brasil, 22/03/2016\)](#)

Estudo mostra maus-tratos nos partos ao redor do mundo

Estudo publicado no final de junho na revista *PLOS Medicine*, dos Estados Unidos analisou 65 estudos científicos sobre o tema realizados em 34 países e envolvendo cerca de duas mil mulheres. O mundo ainda hoje convive com altas taxas de mortalidade materna; ao ano, são cerca de 300 mil mortes por complicações no parto em países de baixa ou média renda per capita. Isso, apesar da Organização Mundial da Saúde (OMS) ter preconizado para 2015 uma diminuição de 75% dessas mortes, o que equivaleria a 95 para cada 100 mil partos.

Baixe o PDF da pesquisa em inglês: [The Mistreatment of Women during](#)

10 coisas que tornam o Brasil um dos mais violentos do mundo

(Exame, 25/02/2015) O Brasil é um país extremamente violento — que mata mais do que regiões em guerra — e vive um quadro de crise da segurança pública que se agravou nos últimos anos. Essas foram as conclusões da ONG Anistia Internacional sobre a situação dos direitos humanos no país.

Leia mais: [Brasil é um dos países em que mais se mata no mundo, diz Anistia Internacional \(Exame, 25/02/2015\)](#)

A entidade lançou um relatório sobre os direitos humanos em todo o mundo, incluindo o Brasil. Segundo o documento, os casos de violência no país foram marcantes nos últimos dois anos, e já está mais do que na hora de o poder público tomar uma atitude.

Veja, a seguir, dez violações dos direitos humanos que chamaram a atenção da Anistia Internacional:

1 - Número de mortes

Segundo a Anistia Internacional, o Brasil tem cerca de 56 mil vítimas de homicídio por ano. “O Brasil é um dos países onde mais se mata no mundo. Convivemos com números de homicídios que superam situações onde existem conflitos armados e guerras. Isso é inadmissível”, afirma Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, em material enviado à imprensa.

2 - Repressão a protestos

Um dos destaques do capítulo brasileiro no relatório foram os protestos que tomaram as ruas antes da Copa do Mundo. Segundo a entidade, muitos

manifestantes foram detidos de forma arbitrária pela polícia.

Houve ainda casos de agressão a jornalistas que cobriam as manifestações. Para a Anistia Internacional, isso mostra que nossas polícias ainda não estão preparadas para assegurar os direitos à liberdade de expressão e à manifestação pacífica.

3 - Violência policial

Para a ONG, a lógica militarizada das polícias brasileiras contribui para manter os elevados índices de mortes violentas. “‘Bandido bom é bandido morto’ é uma filosofia em que todos saem perdendo. Perde o Estado, que coloca a vida de seus agentes de segurança em risco e abre mão de enfrentar o crime com inteligência; e perde a sociedade, brutalizada e acuada pelo medo da violência”, afirma Roque no documento.

O relatório cita diversos casos de mortes supostamente causadas por policiais. Um deles é o de Claudia Silva Ferreira, baleada por policiais durante uma troca de tiros no Morro da Congonha, no Rio de Janeiro. Quando estava sendo levada ao hospital, na traseira do carro da polícia, Claudia caiu do veículo e foi arrastada por uma distância de 350 metros.

4 - Condições prisionais

Outro destaque do relatório foram as condições dos presídios. “Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e violência continuaram sendo problemas endêmicos nas prisões brasileiras”, diz o documento.

A Anistia Internacional lembrou o caso do presídio de Pedrinhas, no Maranhão. Em 2013, 60 detentos foram mortos na unidade. No início de 2014, o país ficou chocado com as notícias de presos torturados e decapitados.

5 - Tortura e maus-tratos

A entidade registrou ainda diversas denúncias de tortura e maus-tratos. O relatório destaca o caso do pedreiro Amarildo de Souza, que foi detido pela polícia no Rio de Janeiro e desapareceu. “Enquanto estava em custódia da

Unidade de Polícia Pacificadora local, ele foi torturado até a morte”, diz o documento.

6 - Impunidade dos crimes da ditadura

A entidade destacou a importância do relatório final da Comissão Nacional da Verdade sobre os crimes praticados pelo regime militar. No entanto, a ONG criticou a Lei de Anistia que, na sua visão, garante a impunidade dos crimes cometidos durante o regime de 1964.

“Promotores públicos federais que buscavam levar os perpetradores desses crimes à Justiça condenaram a Lei da Anistia como sendo incompatível com os tratados internacionais de direitos humanos. Até o momento, os juízes têm rejeitado esses argumentos”, diz o documento.

7 - Direitos dos povos indígenas

O relatório também analisou os conflitos por terra envolvendo povos indígenas e comunidades quilombolas. Segundo o relatório, 34 pessoas foram mortas em conflitos por terra em 2013. O texto cita o caso dos índios guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul, que aguardam demarcação de terras desde 2007. Também fala sobre a PEC 215, que pretende transferir para o Legislativo a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas.

8 - Direitos LGBT

Segundo o relatório, apesar de o Poder Judiciário ter autorizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os homossexuais ainda são vítimas de preconceito e crimes de ódio no Brasil.

“Lideranças políticas e religiosas continuaram a fazer frequentes declarações homofóbicas”, diz o texto. Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia, 312 pessoas foram mortas em crimes de homofóbicos em 2013.

9 - Criminalização do aborto

A ONG internacional destaca também a questão da criminalização do aborto. “O direito brasileiro permite o aborto em casos de estupro, ameaça à vida da mulher e fetos anencéfalos. Esse conjunto limitado de possibilidades fez com

que muitas mulheres recorressem a abortos clandestinos e inseguros”, diz o texto.

10 - Comércio de armas

Outro ponto destacado é a falta de transparência nas informações sobre exportação de armas brasileiras. Não se sabe, por exemplo, “se armas são exportadas para países onde estão ocorrendo violações de direitos humanos em grande escala”. O texto ressalta que o Brasil assinou, em 2013, o Tratado sobre o Comércio de Armas. No entanto, até o final de 2014 o documento não havia sido ratificado.

Mariana Desidério

Acesse no site de origem: [10 coisas que tornam o Brasil um dos mais violentos do mundo \(Exame, 25/02/2015\)](#)